

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
VERONICA BRANCO

MEMORIAL ACADÊMICO

Documento apresentado à banca examinadora, com vistas à obtenção de nível de professora titular, na carreira de docente da UFPR.

CURITIBA, JULHO DE 2018



SUMÁRIO

1	Origens e formação de base: Cursos Primário, Ginásial e Secundário.....	2
2	O Curso de Pedagogia.....	9
3	O magistério no Ensino Superior: na Universidade Federal do Paraná	12
4	A Pós-Graduação – Mestrado na UFPR	15
5	O doutorado.....	15
6	Docência na Pós-Graduação – o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) ..	16
7	Docência na Pós-Graduação – o Programa de Mestrado Profissional	18
8	Orientações de Mestrado.....	19
9	Atividades de Pesquisa	19
10	Pós-Doutorado	22
11	Gestão Acadêmica	22
12	Atividades de Extensão.....	25
13	Produção Científica	25
14	Reconhecimento do trabalho prestado à causa da Educação.....	25
	Considerações finais	26

MEMORIAL ACADÊMICO
PROFESSORA DOUTORA VERONICA BRANCO
SETOR DE EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO,
PROGRESSÃO À CATEGORIA E – PROFESSOR TITULAR

1 ORIGENS E FORMAÇÃO DE BASE: CURSOS PRIMÁRIO, GINASIAL E SECUNDÁRIO

“O saber não ocupa lugar”, dizia dona Rosa, minha mãe. Ela dizia isso no afã de sempre nos incentivar a aproveitar as oportunidades que ela, por opção, perdeu. Podendo ficar num internato estudando, na capital do país, não conseguiu ficar longe da família, e, rumando para o interior, perdeu a chance de estudar.

A família da minha mãe migrou da Bahia para o Paraná e se estabeleceu na cidade de Tibagi, quando minha avó materna faleceu, de “gripe espanhola”. Meu avô materno tinha uma empresa de garimpo de diamantes na cidade de Lençóis, na Bahia, e escolheu vir para o Sul estabelecer-se na cidade de Tibagi, que naquela época tinha ficado famosa pela descoberta de diamantes. Ele tinha programado seguir para Tibagi somente com os quatro filhos homens e deixar minha mãe e minha tia (irmã mais nova), internadas em um colégio, na cidade do Rio de Janeiro.

Porém elas se rebelaram e acompanharam a família. Tibagi era uma cidade muito pequena e de poucos recursos, que não tinha muita opção de estudos, além da escola primária, que elas já tinham completado. Talvez por essa razão minha mãe sempre nos dissesse essa frase que eu nunca esqueci, de que “O saber não ocupa lugar”. Embora ela cobrasse nossa ajuda em pequenos serviços domésticos, como arrumar o quarto, escolher arroz e feijão e descascar alho e cebola para fazer tempero, sempre nos dispensava quando tínhamos muita tarefa escolar para fazer. Ela dizia isso no afã de sempre nos incentivar a aproveitar as oportunidades que ela, por opção, perdeu, ao desistir do internato para acompanhar a família. O estudo, para ela, acabou ali. Provavelmente por isso entendeu a falta que a educação faz e, num tempo em que às mulheres era muito mais comum abraçar a carreira de mãe e dona-de-casa, quis que as filhas tivessem um trabalho fora de casa, ganho independente do marido, profissão.

Nasci no dia 18 de março de 1947, na cidade de Londrina, norte do Estado do Paraná, penúltima de uma família de sete filhos. Meu pai era tabelião e minha mãe, dona de casa. Antes de mim, nasceram quatro irmãos – Lincoln, Wellington, Edsel, Artur – e uma irmã, Risoleta. Depois de mim ainda veio a caçula, Maria José.

Todos os filhos tivemos a oportunidade de estudar em escolas particulares; de padres, os homens e de freiras, as mulheres. Os rapazes frequentaram as escolas religiosas até o final do ginásio; as mulheres, o jardim de infância e o ensino primário. No entanto, pelas circunstâncias da vida que se alteraram ao longo dos anos, fui a primeira da família a obter um diploma universitário.

Depois de frequentar o Jardim de Infância, iniciei o 1º. ano na mesma escola: Colégio Mãe de Deus. Tenho triste lembrança dessa época. Fui reprovada no primeiro ano e sempre senti que fui injustiçada, pois tinha certeza de que sabia ler. Porém, eu não gostava da Aritmética. Foi difícil me conformar com a reprovação, em perder as colegas e, pior, juntar-me à turma das crianças mais novas que eu, e refazer o que eu achava que já sabia.

Meu pai era um leitor compulsivo e também um autor de discursos para políticos. Em função desse contexto familiar, tive muito contato com livros e jornais que tinham Suplemento Infantil (O Estado de São Paulo e o Globo), com as revistas O Cruzeiro e Manchete – que meu pai comprava todos os domingos – além da assinatura diária do jornal local. Aos domingos, na saída da Missa, minha irmã mais nova e eu acompanhávamos meu pai até a banca de jornal e ele nos deixava escolher uma revista infantil.

Minha mãe, cujo nome era Rosália, mas apelidada por meu pai “Rosinha”, por causa do tamanho – uma baiana miudinha, que media 1,50m e pesava 33kg – era muito amorosa, porém enérgica, porque meu pai não era muito presente na educação dos filhos. Tinha sido muito rigoroso com os homens, que, quando jovens não eram lá “flor que se cheirasse”, “aprontavam muito”, e, com as meninas, foi mais carinhoso.

Meu pai adorava ver as filhas com vestidos de babados e laçarotes, mas minha irmã e eu – pela convivência com os irmãos – usávamos macacão durante a semana e tínhamos estilingue para caçar passarinho. Eu nunca acertei um animal, mas treinava pontaria com a minha arma. Até o dia em que meu pai proibiu que acompanhássemos o Artur, caçula dos homens, que por ser pequeno não era aceito como companhia pelos mais velhos e então assumia o comando sobre mim e minha irmã mais velha, na arte de fazer estripulias.

Minha família mudou-se para Curitiba, na época em que eu estava para iniciar o curso ginásial, em 1959, então com doze anos. Minha irmã Risoleta, dois anos mais velha, e eu, fomos matriculadas no Colégio Estadual do Paraná. Era um colégio público, bem novo e muito grande. Para mim, que vinha do interior, ele era imenso; um labirinto, até. Segundo consta, era o maior da América Latina, modelo em recursos educacionais e administrativos, e na arrojada estrutura física da construção.

Eu gostava muito do complexo esportivo que ocupava um terço do imenso terreno do Colégio. Contava com uma piscina olímpica e outra para iniciantes, um teatro e uma belíssima biblioteca, material esportivo variado, e entre eles bolas que eram emprestadas no recreio, para jogarmos “bola queimada”, no gramado esportivo. Cheguei a ter um time dessa modalidade e também participei de competições esportivas. Ganhei uma medalha de 2º. lugar em arremesso de dardo, em competição interna nos Jogos Colegiais. Eu também era fã da Escolinha de Artes e da Biblioteca. Em diferentes momentos do curso ginásial, eu trocava o horário do recreio pela pintura ou pela leitura. Admirava desenhos e gostava de colorido, paixões que se juntaram, posteriormente, na minha própria biblioteca de livros infantis, que sempre apresento aos meus alunos.

Quando chegou minha hora de definir o rumo do segundo grau, tentei me inspirar na minha irmã Risoleta, que cursava a Escola Normal no Instituto de Educação do Paraná. Mas não consegui. Não achei empolgante continuar estudando para ensinar às crianças exatamente daquela forma que eu mesma já havia cansado de ver desde o início da minha vida escolar – Português, Matemática, saliva e giz – somando ainda a lembrança daquela infame reprovação.

O ano de 1964 estava prestes a perder uma normalista, pois desencantada com a escola tradicional, só me sobrava o científico, para o qual eu me matriculei, no Colégio Estadual do Paraná. Contava com um mês de aula quando li no jornal local que a Escola Lysímaco Ferreira da Costa estava iniciando uma Escola Normal com uma proposta inovadora – “experimental”. Ser professora já garantia alguma profissão, e se poderia ser diferente daquele sistema em que minha irmã estava se formando, pensei que talvez pudesse ser interessante. Aos 17 anos, decidi que queria tentar e levei comigo mais duas vizinhas que moravam no mesmo edifício, Sílvia Bueno Neto e Uziara Bühler.

Com companhia ficou mais agradável fazer o deslocamento para a nova escola. Morando defronte ao Correio “velho”, na Praça Santos Andrade, tínhamos que nos

deslocar à pé, até a Praça Zacarias (a cem metros de onde se situava o Instituto de Educação) e lá pegar o ônibus para a Água Verde, que levava cerca de vinte minutos para chegar na escola. As aulas começavam às 7:30h e tínhamos que sair de casa de cinquenta minutos a uma hora antes para não chegarmos atrasadas. Só com muito ânimo percorreríamos os quilômetros até o Lysímaco, que era no final de Curitiba, naquele tempo. Mas fomos. E só permanecemos até o final porque a proposta da Escola Normal era efetivamente vanguardista.

Eu tinha feito a escolha da escola sem conversar com meu pai, e principalmente, sem avaliar como ia pagar a despesa diária do ônibus.

Resolvi rapidamente a questão. No edifício em que morava havia muitas crianças e algumas famílias com bons recursos financeiros. Ofereci-me para dar “aula particular” para algumas crianças. As “aulas” se resumiam em ajudar as crianças a fazerem a lição de casa, dando as explicações que eu conseguia dar. Isso acontecia das 14:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira.

Eu utilizava o escritório que meu pai tinha em casa, onde havia uma mesa que comportavam até seis crianças, e que durante o dia ficava desocupado. Fiz esse trabalho nos dois primeiros anos em que cursei a Escola Normal.

O que eu recebia era suficiente para pagar o ônibus e algumas vaidades. Eu adorava entrar na famosa perfumaria que existia na Rua XV de Novembro, chamada “Lá no Luhm”. Era uma loja muito cheirosa e cara, no estilo, hoje, da francesa “Sephora”. Ela vendia perfumes e maquiagem, que eram caras, mas tentadoras pela qualidade e grande variedade. Quando o dinheiro ficava curto para isso eu me socorria nas Lojas Americanas mesmo, mas não vivia sem cores, fossem batons ou livros.

Eu me recordo que, como a escola era experimental, recebia muitas visitas e éramos sempre “convidadas” a apresentar as diferentes atividades que desenvolvíamos. Dentre as diferenças do currículo havia uma carga maior de disciplinas propedêuticas como Português, Matemática, Ciências, História e Geografia com conteúdo correspondente aos do curso colegial, que eram ministradas nos dois primeiros anos, o que possibilitava uma preparação para o exame vestibular em uma continuidade de estudos no Ensino Superior.

Durante a semana tínhamos várias disciplinas de Artes, nas quais aprendíamos técnicas variadas (Música, Desenho, Pintura, Colagens) e nas manhãs de sábados, nós, normalistas, com a supervisão de uma professora, ofertávamos a “Escolinha de Artes” para crianças da vizinhança, na faixa etária de 4 a 6 anos, o que nos permitia

um contato com as crianças da comunidade que não frequentavam Educação Infantil, de oferta quase inexistente naquela época.

No terceiro ano, quando a parte pedagógica aumentou e começamos a fazer estágio, o horário era integral: manhã e tarde. Pela manhã, assistíamos as disciplinas de Didática, e de tarde fazíamos o estágio nas turmas do Pré-escolar e nas séries iniciais.

Nós não estávamos confinadas às salas de aula, fazíamos visitas a outras escolas a fim de conhecermos outros modelos. No meu caso, eu dificilmente teria a oportunidade de entrar no Colégio Sion ou em outras escolas para uma visita investigativa, como fizemos acompanhadas pela orientadora e outros professores. Eles nos ensinaram a observar nas escolas os alunos, os professores, a organização da escola e principalmente a indagar e registrar as repostas das pessoas para uma análise posterior da visita. Essa metodologia investigativa era, ao meu ver, um método inovador, porque escapava das aulas expositivas, e o que realmente justificava a fama da escola que escolhi.

Lembro que durante uma visita que fizemos a um colégio existia uma cidade mirim, com lojas de comércio, de guloseimas e banco, que era administrada pelas crianças. Apareciam, de vez em quando, reportagens no jornal e na televisão, sobre a eleição para prefeito da cidade mirim, e eu tinha curiosidade em conhecer.

Durante a visita fomos instigadas a observar o tamanho da grama de um pátio cercado que há tempos estava sem corte e o capim estava alto, em pé. E a diretora da escola tinha nos dito que as crianças brincavam naquele jardim. O estado da grama denotava o desuso do local. Era um faz-de-conta. Ninguém perguntou para as crianças o que elas queriam, exatamente como se faz hoje nas escolas. Reconheço que a linguagem das crianças – como constatou Piaget – não é de entendimento automático para um adulto, mas ao menos ouvi-las é um princípio para tentar compreendê-las.

Nossa professora sugeriu que conversássemos com as crianças enquanto elas estivessem no recreio, que fizéssemos perguntas sobre o que faziam naquele lugar e se gostavam de estar ali. Para nós pareceu um ambiente lindo, com aquelas várias casinhas que simulavam a vida real. Soava interessantíssimo o fato de que as crianças ficavam responsáveis pela atividade, abrindo o “comércio”, atendendo aos colegas, recebendo o dinheirinho, fechando as casinhas.

Só indagando a elas descobrimos que aquele trabalho infantil era extenuante demais para a idade delas; era executado todos os dias, no horário do recreio e elas perdiam o recreio. Naquele momento entendi que o recreio é sagrado, é um momento de interação e... Recreio!

Hoje, quando acompanho meus alunos do Curso de Pedagogia e vejo as inúmeras maçãs que vão diariamente ao lixo porque ninguém conversou com as crianças para saber se preferiam bananas ou laranjas, ou porque tanto iogurte vai pelo ralo, compreendo que as licitações têm sido mais importante que as crianças, no nosso sistema. Tenho cobrado das minhas alunas que permaneçam com os alunos durante o momento de recreio – e quando é servida a merenda – a fim de ajudá-los a saber um pouco mais sobre o que é servido e estimulá-los a experimentar, e até de verificar o que recusam, quem sabe para tentar algo diferente com os administradores. Não precisa ser uma ode ao alimento, tampouco prece agradecida, mas valorização do que é oferecido, um auxílio motivacional para quem está aprendendo a comer.

Também fizemos uma visita à Universidade Federal do Paraná, instituição que não estava no horizonte da maioria das normalistas. Isso porque o currículo das escolas de magistério tradicional tinha como disciplinas as Didáticas do Português, da Matemática, das Ciências, da História e da Geografia e não ofertavam os conteúdos cobrados nos exames de vestibular. Lá assistimos uma palestra da professora Eny Caldeira sobre Maria Montessori e o seu método que nos deixou fascinadas pela palestra e principalmente pela palestrante que era cativante e nos convidou a fazer o Curso de Pedagogia.

Nessa Escola Normal encontrei a primeira grande mentora da minha vida. A orientadora educacional da escola, professora Dinalva Guimarães Frota Cordeiro. Ela tinha um carinho muito grande pelas alunas e estimulava, através do Grêmio Estudantil, a autonomia e o direito de questionar o que não julgávamos adequado. Principalmente atender às muitas visitas que atrapalhavam nossas atividades, além de ter que cuidar com o que falávamos. Afinal, a escola era experimental, mas não era perfeita, para nós, adolescentes. O apoio que a orientadora nos deu custou-lhe a transferência da Escola Normal.

Essa primeira experiência em contestar o poder estabelecido da direção da escola, ocorreu através do Grêmio Estudantil, cuja presidência assumi por pertencer ao grupo de alunas descontentes com atitudes de alguns dos professores ou da administração. Menciono essa experiência tão antiga não porque tenha grandes

vitórias a relatar, mas fundamentalmente pelo quanto ela contribuiu com minha ideologia de professora.

Nós éramos duas turmas, de trinta alunos cada uma, e no início do 3º. ano almoçávamos todos juntos, no refeitório coletivo. Como não podíamos, dessa forma, ter conversas particulares, optamos por solicitar a utilização de uma casinha, que havia fora do prédio da escola e que se destinava a guardar o nosso material escolar (no período da tarde, em que fazíamos o estágio), para nela fazermos nossas refeições.

A primeira consequência dessa decisão foi termos que nos organizar para providenciar a nossa alimentação. Tínhamos um engenhoso planejamento do cardápio, que envolvia nossas famílias. Como éramos dez insurgentes, nós nos organizamos para que cada uma ficasse responsável por trazer um prato frio, uma salada, e um prato quente com carne, em um dia da semana, de forma alternada. Meus pratos eram sempre um empadão de frango ou uma Madalena de carne moída, Uma semana eu levava a salada e na outra o prato quente. Em geral nós levávamos a salada higienizada já de manhã e arrematávamos na hora de servir. O prato quente era levado na escola, por alguém da família, na hora do almoço. O melhor desse cardápio era o da sexta-feira. Nós juntávamos o dinheiro para comprar dois frangos assados na “televisão de cachorro”, que só existia no centro da cidade. Uma das colegas era motorista e morava perto da escola. Nesse dia ela pegava o carro da mãe para vir até o centro, comprar os frangos assados, que comíamos com as saladas. Por causa da celeuma causada com essa decisão, acabei marcada como componente do grupo de insurgentes que queriam o direito a almoçar onde bem entendessem. Um dos grandes ganhos desse pequeno grupo foi a noção do quanto planejamento é importante, algo que sigo cobrando de cada aluno que passa pela cadeira de Prática de Ensino. Outra consequência maravilhosa foi o compartilhamento, não só de experiências, mas também de materiais didáticos. Nós podíamos nos esmerar mais na qualidade dos materiais que fazíamos, porquanto nós os fizéssemos em menor quantidade, já que criamos a conduta de revezarmos entre nós o material que o grupo todo produzia.

Tínhamos uma “materioteca” caprichada, que é o que ainda hoje sugiro que exista entre minhas alunas da graduação; carreguei essa boa prática para a vida profissional. Ainda que elas não consigam tanto espírito de grupo, sempre premio o

esmero, porque sei que ele se reflete no interesse dos alunos pela aula em que elas irão se utilizar daquele material.

Em uma ocasião simulamos o “enterro” da diretora que nos cobrava que ao recebermos visitas não falássemos sobre as mazelas da escola – que era exatamente o que queríamos expor, aproveitando a presença dos políticos que vinham ao nosso encontro, justamente porque éramos uma escola experimental cujo modelo vinha despontando no cenário estadual. Com essa atitude acabamos sendo excluídas do convívio com os visitantes. Além do reconhecimento do direito de protestar, guardei para mim o maior lucro dessa história: ao final do curso aquela diretora indicou diversas colegas para trabalharem em uma nova escola que seria inaugurada, e eu, obviamente, fui excluída da lista. Dessa exclusão restou conformar-me com a alternativa de prestar o vestibular, conforme convite que recebemos da professora Eny Caldeira. Penso que foi o que de melhor poderia ter resultado.

Bem, fazer o vestibular não foi tão fácil.

Em 1966, quando frequentava o terceiro ano da Escola Normal e no segundo semestre inteiro teríamos que fazer o período de regência, permanecendo na escola o período integral e já bastante assoberbada com os encargos dos estudos, dei-me conta que precisava também me preparar para o vestibular, no final daquele ano. Consegui uma bolsa para fazer o cursinho pré-vestibular, de noite. Eu estava com 19 anos.

No Cursinho tive dois professores maravilhosos: o professor Paulo Leminski que nos empolgava com aulas dramatizadas de História Geral e que também conseguia fazer menos enfadonha a famosa Análise Sintática; e também o professor Zudgi Sakakiara, que ensinava Gramática da Língua Portuguesa e me fez gostar da matéria.

Na hora de fazer a inscrição para o vestibular tive que optar pelo Curso de Pedagogia da Universidade Católica (não era PUC ainda) porque não exigia prova de língua estrangeira, que eu nunca havia estudado (a Escola Normal, diferentemente do científico, não oferecia o idioma estrangeiro).

2 O CURSO DE PEDAGOGIA

Passei no vestibular da PUC e, no ano seguinte ao término da Escola Normal, eu era acadêmica de Pedagogia. Cursei o primeiro ano de Pedagogia na Faculdade Católica, com uma bolsa de estudos da instituição. Ao final do primeiro ano, vinte e

cinco alunas da turma, e eu entre elas, conseguimos a transferência para o Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná.

No início do segundo ano de Pedagogia, recém casada e começando a construir família, consegui aulas suplementares, um contrato celetista do governo estadual, para lecionar na Escola Normal Estadual as disciplinas de Prática de Ensino/Estágio e Didática da Língua Portuguesa.

No terceiro ano de Pedagogia todas as alunas tinham que estagiar nas disciplinas pedagógicas da Escola Normal e também nas disciplinas de Psicologia e de Filosofia. Poucas alunas, cinco (contando comigo), das quarenta que compunham a turma, eram também professoras em Escolas de Magistério. Foi então que eu reencontrei as professoras que habitavam os meus sonhos: a Professora Dinalva (a orientadora educacional da Escola Normal que havia sido demitida por nos dar apoio), ministrando a disciplina de Higiene e Puericultura, e a professora Eny Caldeira (com quem havia assistido uma palestra), responsável pela Prática de Ensino.

Ao final de algumas aulas teóricas, a professora Eny reuniu as cinco alunas que lecionavam na Escola Normal e ofereceu a oportunidade de fazer um estágio diferente: realizar um projeto com as nossas turmas da Escola Normal. Para tanto, ela se prontificava a nos assessorar no planejamento, implementação e avaliação do projeto, durante um semestre letivo, realizando reuniões semanais de orientação conosco.

Aceitei imediatamente e escolhi fazer meu projeto na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, que eu lecionava na Escola Normal Estadual Nilo Brandão. Em vez de começar a trabalhar com as estratégias de ensino, como estava previsto no programa, a professora Eny propôs que eu trabalhasse com os livros clássicos da literatura infantil. Foi assim que ela me descortinou o mundo da literatura especificamente desenvolvida para crianças. O projeto maravilhou as normalistas e os trabalhos da disciplina renderam exposições e apresentação de peças de teatro, na Escola Normal.

Constatei que o projeto de literatura deu mais condições para as alunas produzirem bons textos porque tiveram que reescrever algumas das histórias lidas para compor peças de teatro, diversamente do que teria ocorrido se eu houvesse insistido no programa oficial – o trabalho com a gramática e os exercícios tradicionais.

Ao terminar o Curso de Pedagogia, em 1970, recebi um novo convite da professora Eny. Ela indagou se eu gostaria de ser professora do ensino superior e me

disse que achava que eu tinha jeito para isso. Só que dessa vez eu teria que estudar muito mais. Ela me propôs fazer doze horas semanais, no período da tarde, sendo quatro horas cada dia, voluntariamente, sem remuneração. Eu estava com 23 anos, e, já formada, poderia estar assumindo aulas em mais alguma Escola Normal para ajudar no orçamento familiar. Tive que consultar meu marido, José Carlos, afinal nesse período, nós já tínhamos duas crianças; meu filho, Carlos Eduardo (com 2 anos) e a minha filha Lucia Regina (com seis meses). Ele foi muito compreensivo e me fez ver que essa oportunidade era única e se constituiria em um investimento. E afiançou que nós poderíamos passar um tempo com orçamento justo (sem meu ganho das aulas) e contando com alguma ajuda da minha sogra, dona Djanira, no cuidado com as crianças, uma vez que nós morávamos com ela.

A formação com a professora Eny consistia em, no primeiro dia da semana, reunir-se, no gabinete dela, para conversar sobre educação, por cerca de uma hora, com um tema que ela tinha escolhido. Inúmeras vezes ela me pediu para abrir dicionários da Língua Portuguesa e de Pedagogia para precisar o significado de termos da linguagem coloquial que eu utilizava sem saber o real significado deles. Depois disso ela me entregava os livros que tinha selecionado para eu estudar. Permanecia na biblioteca anexa ao gabinete dela, o restante do tempo, cuidando de fazer as anotações sobre as concordâncias, discordâncias e dúvidas, devidamente fundamentadas, que os textos tinham gerado, e que fariam parte do nosso primeiro encontro da próxima semana. Lembro que no meio da tarde ela me chama para tomar um café e saber como eu estava indo com as leituras.

No segundo dia de cada semana a professora Eny se reunia comigo, a maioria das vezes no gabinete dela e outras vezes, em dias muito frios, na casa dela (que ficava na esquina do prédio da Universidade). Conversávamos sobre os textos e também sobre as anotações que eu tinha feito sobre os questionamentos das alunas, na aula anterior, e também preparávamos as aulas do terceiro dia da semana. A aplicação desses planos acontecia com duas turmas de 3º. ano de Pedagogia, sendo duas horas com a turma de Metodologia do Ensino das Séries Iniciais e outras duas horas com a turma de Prática de Ensino. Preparávamos as atividades a serem desenvolvidas e os instrumentos a serem utilizados com os alunos. Também nesse terceiro dia eu datilografava e fazia as cópias do material para serem entregues aos alunos da Pedagogia. Toda essa preparação culminava com o acompanhamento das aulas da professora Eny. Aos poucos, ela foi me dando mais espaço durante as aulas.

Eu morria de medo de dizer coisas inadequadas, mas ela nunca me questionou. Às vezes, respeitosamente, ela comentava que eu queria planejar tudo e que isso não era necessário pois era preciso deixar espaço para se “inspirar nas contingências” e no que os alunos traziam.

Esse aprendizado durou três anos. Três anos maravilhosos em que dona Eny, uma criatura muito especial, me tomou pelas mãos e me ensinou a ser professora do ensino superior. Ao final desse tempo, a professora Rosélia Gadens, que também trabalhava com dona Eny, casou-se e pediu demissão, deixando a vaga de Auxiliar de Ensino, que foi colocada em concurso. A professora Eny me chamou e disse: “você está pronta para fazer esse concurso, eu vou me afastar da banca para que você possa participar dele.” Transcorria o ano de 1974.

Passei no teste seletivo concorrendo com sete participantes e no dia 09 de setembro, aos 27 anos, assinei o contrato de Professor Auxiliar de Ensino, na UFPR, no gabinete do Magnífico Reitor.

3 O MAGISTÉRIO NO ENSINO SUPERIOR: NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Fiz um teste seletivo para Professor Auxiliar de Ensino nas disciplinas de Didática e Prática de Ensino do Curso de Pedagogia, que pertenciam ao então Departamento de Métodos e Técnicas da Educação. Trabalhei pouco com a disciplina de Didática, pois logo assumi a disciplina de Metodologia do Ensino das disciplinas do Ensino Primário, juntamente com a Prática de Ensino para o Curso de Pedagogia.

A disciplina de Metodologia englobava os conteúdos de Comunicação e Expressão, Ciências Naturais e Sociais e Matemática, conforme terminologia utilizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692/71, que eram ministrados por um só professor. No entanto, por indicação da professora Eny, cada uma dessas disciplinas passou a ser trabalhada por um professor com formação específica. No meu caso, embora não tivesse formação específica na área de Português, trabalhava com a Comunicação e Expressão, cuja ênfase maior eram os conteúdos da Alfabetização; outra professora trabalhava com a Matemática, outra com Ciências Naturais, e outra, ainda, com Ciências Sociais (História e Geografia). Tudo isso era desenvolvido em uma disciplina de 60 horas.

Porém a disciplina de Alfabetização só foi criada no Currículo do Curso de Pedagogia a partir de 1998, após muito empenho meu, participando da equipe de reformulação do Currículo de Pedagogia. E essa é minha disciplina favorita. Busquei

sempre estudar muito as questões da disciplina da qual eu tinha a marca da reprovação, tentando formar os melhores professores alfabetizadores, procurando garantir o direito de todas as crianças aprenderem a ler e escrever e se tornarem, assim, cidadãos.

No segundo semestre de 1975 solicitei afastamento da Universidade, sem vencimentos, amparada na legislação federal que previa essa possibilidade, para a esposa acompanhar o marido funcionário público em deslocamento para município diverso do seu trabalho. Permaneci afastada até maio de 1984.

Meu marido havia assumido o cargo de Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Paraná na comarca de Jandaia do Sul, Paraná.

Nesta cidade havia uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que ofertava o Curso de Pedagogia e recebia muitos alunos da região noroeste, na direção da cidade de Cascavel, que viajavam mais de 4 horas, por estradas sem asfalto, para frequentar a Faculdade. O corpo docente da instituição morava em Maringá (distante 42 Km) ou em Londrina (distante 75 Km).

Assumi aulas no Curso de Pedagogia – Didática e Prática de Ensino e no Curso de Ciências – licenciatura curta - também a disciplina de Didática. Nessa Faculdade eu era a única docente que residente na cidade.

Pude então conhecer um tipo de aluno diferente dos que encontrava na UFPR. A linguagem deles era muito diferente, com muitos coloquialismos que eu não entendia. Ao fazer a correção de trabalhos muitas vezes ficava em dúvida sobre a grafia correta de palavras, tal era a variedade de formas de escrita empregadas pelos alunos.

Essa experiência me sensibilizou para mais tarde defender a adoção da Educação na modalidade à Distância por ser essa uma forma que moradores das cidades do interior teriam para fazer um curso superior.

Em Jandaia do Sul entendi melhor a necessidade da integração dos pais dos alunos com a comunidade. A essa altura, eu era mãe de duas crianças que estavam começando a escola básica. Minha fé na escola pública me fez matriculá – los no Grupo Escolar Estadual.

No entanto tive algumas desventuras com a escola pública, como: a menina que pegou piolho quatro vezes seguidas e o menino, que com 6 anos passou pelos portões da escola sem ser visto, saiu sozinho da escola e chegou ileso em casa depois de atravessar a avenida principal da cidade, que tinha mãos duplas de trânsito, e a rua paralela na qual transitavam ônibus e caminhões com carga pesada. Depois da funesta experiência no grupo escolar, eu os transferi para uma escola privada. E mesmo pagando o colégio, participei ativamente das promoções de feijoada, no intuito de arrecadar fundos para a escola. Imagino o que era feito das crianças das escolas públicas, já que elas não tinham família para ajudar nas extensas tarefas que eram – e ainda são, para meu desalento – enviadas para casa. Tive uma fiel parceira, Regina Penteado da Silva, mãe de outros três filhos na mesma fase dos meus, com quem compartilhei tanto as estripulias das crianças quanto as empreitadas/festividades que ajudavam na melhoria da escola.

Em 01 de junho de 1984, mediante Lei Federal que aboliu a necessidade dos ocupantes do cargo de Professor Auxiliar de Ensino se submeterem a concurso para se tornarem professor permanente na classe de Professor Assistente (o primeiro nível hierárquico do quadro permanente da Universidade), fui enquadrada na tabela permanente da UFPR, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no emprego de Professor Assistente, nível I, com regime de trabalho de 40 horas semanais, em dedicação exclusiva. Eu estava com 37 anos.

Hoje ao ver a celeuma sobre a reforma da Previdência e que os empregados vão ter que trabalhar até morrer penso que se aos 27 anos, quando assinei meu contrato de trabalho com a UFPR, tivesse sido informada de que ele duraria pelo menos quarenta e quatro anos, ao invés dos 25 previstos na legislação da época, talvez eu me recusasse assinar. Felizmente nem me ocorreu essa absurda possibilidade. Ao longo desses quarenta e quatro anos de serviço público, estou na mesma Instituição Federal, na qualidade de professora universitária, no mesmo departamento, e no mesmo Setor de Educação. E mais, me julgando beneficiada pela “Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da bengala”, que prorrogou a idade da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos (quando eu estava com 69 anos), e me permitiu permanecer na ativa, por mais algum tempo, no exercício da profissão que escolhi ainda na adolescência e pela qual sou apaixonada: o magistério.

Buscando aprimorar meus estudos, em 1988, ingressei no Mestrado em Educação da UFPR.

4 A PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO NA UFPR

Mantendo minha carga horária como professora da Universidade, iniciei o curso de Mestrado em 1988, na área de concentração de Recursos Humanos e Educação Permanente. Naquela época o curso tinha a duração máxima de quatro anos e um currículo com uma profusão de disciplinas e muitos créditos para cumprir em disciplinas que não tinham tanta ligação com a produção docente e discente. O corpo docente era composto de professores Doutores e Mestres.

Enquanto cursava as disciplinas obrigatórias dediquei-me a estudar Emília Ferreiro e Ana Teberosky, no processo de construção da língua escrita, cujo conteúdo fazia parte da disciplina de Alfabetização que eu lecionava para os alunos do Curso de Pedagogia. Encontrei entre os professores do Mestrado a professora doutora Maria Lucia Faria Moro, que estudava Piaget e muito me auxiliou a entender o Construtivismo, principal fundamento de Ferreiro e Teberosky.

A orientadora da minha dissertação foi a professora doutora Rejane de Medeiros Cervi, que aprovou minha escolha em trabalhar com a temática da Alfabetização, embora não fosse sua especificidade. A coleta de dados constituiu-se em entrevistar crianças em fase de pré-alfabetização, na faixa etária de quatro a seis anos, nos moldes realizados pelas autoras referenciadas. Filmei todas as entrevistas, transcrevi o material e analisei as diversas fases de construção da escrita alfabética em que elas se encontravam. Defendi minha dissertação, intitulada “A construção da escrita pela criança”, em 10 de outubro de 1991.

5 O DOUTORADO

Iniciei o Doutorado em 2005, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa “Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano”. A orientadora de minha tese foi a professora doutora Sandra Regina Kirchner Guimarães.

Minha preocupação e eleição de estudos continuou sendo a alfabetização, e o projeto para o processo de seleção contemplava estudar elementos relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita, área de pesquisa da minha orientadora.

Juntamente com as aulas do doutorado também iniciei uma assessoria ao município de Porecatu, situado no norte do estado do Paraná, distante 450 km de Curitiba, para fazer a formação dos professores, preparar e acompanhar a implantação da educação em tempo integral. O convite para desenvolver esse

trabalho partiu da então Secretária de Educação do município, professora Risoleta Araujo Paduan, minha irmã, que também havia se formado pedagoga, alguns anos depois de mim (inclusive tendo sido minha aluna na Faculdade de Jandaia do Sul).

Na continuidade dos estudos no Programa de doutorado fui conversando com minha orientadora sobre o trabalho que estava fazendo naquele município e discutindo com ela algumas questões teóricas, e para surpresa minha, ao final do primeiro semestre do curso, ouvi dela a sugestão de abandonar o projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo para transformar a assessoria ao município no projeto de doutorado. Concordei que era mais interessante e inovador, e assim empunhei a bandeira da Educação Integral também como minha tese.

Ao longo do 1º. ano da assessoria – 2005 – desloquei-me mensalmente para Porecatu, nos finais de semana, para trabalhar com os funcionários da Secretaria da Educação, com os diretores das escolas, com os pedagogos das escolas e com os professores, fazendo a formação para a alfabetização e também para o tempo integral. A partir do segundo ano passei a me deslocar para o município a cada dois meses e assim completei o trabalho, no final da gestão do prefeito Dario de Miquel Lunardeli, e da Secretária de Educação, em 2008. Além dos deslocamentos, tinha um canal direto e intensivo via telefone, já que se tratava da minha irmã implantando nossas concepções. A única despesa do município com a assessoria foi a cobertura dos meus deslocamentos de ida e volta entre Curitiba e Porecatu.

Em 09 de fevereiro de 2009, aos 61 anos, defendi minha tese, cujo título é: “O desafio da Educação Integral: Formação continuada de professores alfabetizadores do município de Porecatu – Paraná”.

6 DOCÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO – O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

Em 2010 ingressei no corpo docente do PPGE/UFPR, na linha de pesquisa “Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano”, ofertando a disciplina de Aquisição e Desenvolvimento da Aprendizagem da Leitura e da Escrita. Ofertar essa disciplina propiciou um grande avanço nos meus estudos e pesquisas, principalmente porque fui constatando o pouco conhecimento sobre essa temática que os professores formados pelos Cursos de Pedagogia – que atuam nas escolas públicas do município de Curitiba e da região metropolitana, como Pedagogos ou docentes – e que procuram o Programa de Mestrado possuem.

Verifiquei também que atualmente os professores dos anos iniciais e finais da educação Básica, e alguns professores universitários, estão preocupados com a falta de compreensão dos estudantes em relação a leitura. E essa preocupação também aparece nas pesquisas internacionais, porém no Brasil, por trás da falta de compreensão, está um problema básico que lhe antecede, a dificuldade de decodificação, pois decodificar não é só atribuir um som a cada letra e juntá-los, mas também identificar o significado da palavra. Essa ação antecede e é base para a compreensão. Se a escola não investe nas aulas de leitura, as crianças não adquirem o vocabulário da língua, permanecem tão somente com o vocabulário coloquial que utilizam na comunicação oral. Sem o vocabulário da escrita as crianças e jovens também não conseguem produzir bons textos. Parece simples, mas na verdade é muito complexa, essa aquisição. Principalmente quando a Neurociência já comprovou que o lado direito do cérebro abriga o campo da linguagem – das palavras – porém no lado esquerdo do cérebro se encontram as imagens que juntada à palavra conduz ao significado da mesma. E de onde vieram as imagens armazenadas no lado esquerdo do cérebro? Das experiências vividas. Em uma escola fechada atrás dos muros e com apenas 4 horas diárias, que experiências podem acumular as crianças das escolas públicas?

Constatei também que a leitura tem pouca importância entre os professores do meu Departamento, que é o responsável em ofertar essa disciplina. No Departamento de Teoria e Prática de Ensino – antigamente denominado Departamento de Métodos e Técnicas da Educação – a disciplina de Alfabetização integra a área de Prática de Ensino. Essa área, conta hoje, com nove professores efetivos, sendo que cinco professores efetivos podem ministrá-la, porém, além de mim, nenhum dos outros elegeu-a como seu tema de pesquisa. E quando a área conta com professor substituto, a disciplina de Alfabetização é ministrada por eles. Essa situação tem me lavado a indagar: como pode um professor efetivo na Universidade ensinar um tema sobre o qual não estuda e para o qual não produz conhecimento? Quem aprende e o que aprende com esse professor? Como se torna professor um aluno que não aprendeu princípios básicos daquilo que tem que ensinar?

A partir de 2012 passei a ofertar no Programa de Pós-graduação, como Seminário Especial (não obrigatória), a disciplina de Educação em Tempo Integral na Educação Básica. Esse conteúdo está estreitamente ligado com as pesquisas que venho orientando e desenvolvendo. Acompanhando os alunos da graduação nas

escolas, na disciplina de Prática de Ensino, pude avaliar como o tempo de aula previsto na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9495/96) – que prevê que o currículo da educação básica deve ser cumprido em 200 dias letivos e 800 horas anuais – é insuficiente para a aprendizagem dos alunos. Esse tempo letivo tem relação direta com o contrato de trabalho dos professores e nada a ver com o tempo necessário para desenvolver um trabalho com alunos, capaz de propiciar aprendizagem. Tem mais a ver com a arcaica concepção de que a aprendizagem era decorrência única e exclusivamente da transmissão do professor, e nem para isso o tempo previsto é suficiente.

Arcando com os ônus do deslocamento, eu me dedico a ir até cada escola pública para supervisionar os alunos, acompanhando a execução dos planos de aula que deles corriji, um a um. E é nessa atividade que me indigno ao constatar como o tempo e espaço são usados pelas professoras: filas para sair e entrar, na disposição das carteiras, mais filas, quadros cheios de frases para cópias intermináveis. Ações que o próprio governo federal, com o Programa do Livros Didático, estimulam a atividade de cópia, devido a permanência de uso do mesmo livro por três anos. Como os alunos não podem fazer os exercícios no livro, para não estragá-lo, uma vez que será utilizado por outros dois alunos nos anos subsequentes, os professores mandam os alunos copiarem os exercícios no caderno, para depois resolvê-los. Em uma escola como a brasileira, em que se gasta boa parte o tempo fazendo cópia do quadro de giz, como se pode pensar que essa atividade motora resulte em aprendizagem e que forneça experiências aos alunos?

A mudança na legislação sobre a carga horária do ensino nas escolas públicas brasileiras precisa ser alterada, tal como prevê essa possibilidade o art. 34 da Lei 9.495/96. Porém essa alteração depende de uma demanda dos diretos interessados, os professores, que via de regra, desconhecem/ignoram como ocorre a aprendizagem de forma geral, e em especial na área da leitura e da escrita. Como esperar essa mudança?

7 DOCÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO – O PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

A partir de 2013 o Setor de Educação passou a ofertar um outro Programa de Pós-Graduação: o Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, que é o Mestrado Profissional. Nesse Programa também tenho ofertado uma

disciplina sobre Educação Integral que tem tido muita procura por parte dos mestrandos.

8 ORIENTAÇÕES DE MESTRADO

Iniciei o trabalho de Orientação de Dissertações no Programa de Pós-Graduação em Educação fazendo co-orientações, a partir de 2.000, como se pode constatar no lattes da autora. Foram cinco dissertações todas sobre alfabetização.

A partir 2010 assumi como professora permanente do Programa de Pós Graduação em Educação, e em 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, nos quais orientei seis dissertações sobre o tema da Educação Integral orientei e seis dissertações sobre o tema da alfabetização.

A vinculação que faço entre os dois temas tem uma relação direta com o tempo e o espaço necessários para que se atinjam os objetivos visandos em ambos os temas: sem mais tempo na escola não se consegue desenvolver um programa razoável de leitura e escrita e sem mais tempo e ampliação dos espaços para além da escola não se consegue promover um aumento das experiências de vida para os alunos. Experiências que são tão fundamentais para o avanço no domínio da escrita quanto no campo de vida dos sujeitos para a integração dos demais conteúdos escolares.

9 ATIVIDADES DE PESQUISA

Minha primeira pesquisa ocorreu antes mesmo de concluir o Mestrado. Enquanto cursava as disciplinas do Mestrado e desenvolvia a dissertação fui convidada pela professora doutora Maria Lucia Faria Moro a participar da pesquisa que ela estava iniciando em uma escola da rede municipal de Curitiba, intitulada: “A aprendizagem Construtivista no Início da Escola Elementar e o Papel da Interação Social das Crianças”. Fizemos a coleta de dados entre agosto e dezembro de 1989 e a análise foi efetuada durante todo o ano de 1990. A professora Maria Lucia coletou os dados referentes à compreensão do sistema de adição/subtração e eu fiz a coleta de dados referentes à compreensão do sistema da escrita alfabética.

Gravamos em vídeo e em áudio seis sessões de trabalho realizadas com seis trios de crianças, alunos de uma primeira série. Entre os participantes havia alunos repetentes – o ciclo de alfabetização ainda não existia. Transcrevemos todas as

gravações com o auxílio de duas alunas de Pedagogia que eram bolsistas e realizamos toda a análise em conjunto. Aprendi a pesquisar com essa professora, colega e amiga. Sua seriedade e sistematização de trabalho se tornaram meu modelo de pesquisadora.

Em dezembro de 2007 recebi o convite da professora doutora Jaqueline Moll para participar de um Seminário sobre a Educação Integral, em Brasília. Ela havia assumido pouco antes a Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania. Nesse evento estavam presente professores e outros profissionais que tinham desenvolvido algumas atividades relevantes ligadas ao tema e cujo principal objetivo era colocar a Educação Integral na pauta da Educação Nacional. Segundo nos informou a professora e pudemos constatar, entre os participantes só estávamos quatro professoras de Universidades Federais, que haviam sido convidadas porque tinham pesquisas relacionadas ao tema da educação integral registradas no currículo lattes. Havia duas professoras da universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma professora da Universidade Federal de Minas Gerais e eu, da Universidade Federal do Paraná.

Desse encontro saímos com a incumbência de organizar uma equipe para realizar uma pesquisa nacional, quantitativa, sobre experiências de ampliação de jornada no ensino fundamental em curso no Brasil. A pesquisa foi realizada nos anos de 2008 e 2009, com recursos do Ministério da Educação, descentralizados para as Universidades Federais participantes.

Fiquei responsável pela pesquisa na Região Sul e a realizei contando tão somente com uma aluna de graduação como bolsista. Essa pesquisa foi realizada em paralelo com o meu último ano de doutorado e teve como título: **“Educação Integral / Educação Integrada e(m) tempo Integral: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada ampliada no Brasil: estudo quantitativo”**.

O Ministério da Educação fez a descentralização dos recursos de pesquisa para a Universidade Federal do Paraná na última semana útil do mês de dezembro de 2007 e a UFPR não internalizou o recurso, burocracia não cumprida que significou, para mim, realizar a pesquisa sem nenhum recurso e sem possibilidade de contar com a participação de algum colega professor. Mesmo assim foi de muita valia realizá-la. Foi um processo de construção conjunta no qual a equipe construiu o referencial teórico e os instrumentos da coleta de dados conjuntamente reunindo-se em

diferentes cidades: Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Após realizar a coleta de dados de sua região, cada equipe procedia uma pró-análise e com todo o grupo reunido, era feita a análise final. Além do trabalho de pesquisa pude trocar experiências com todo o grupo de pesquisadores de outras universidades, o que significou ampliar minha realidade para um conhecimento de Brasil como um todo. E principalmente fazer amizades que se consolidaram com as professoras Jaqueline Moll, Ligia Marta C. da Costa Coelho, Janaína Specht S. Menezes, e Lucia Helena Alvarez Leite, entre outros.

Na sequência da pesquisa quantitativa sobre Educação Integral estava prevista a realização de pesquisa qualitativa, destacando as vinte experiências mais completas de jornada ampliada do Brasil, selecionadas a partir de alguns critérios específicos. Dentre os municípios que já tinham participado da pesquisa quantitativa e computando a proporcionalidade de experiências por Região, foram selecionadas duas experiências da região Norte, seis experiências da Região Nordeste, quatro experiências da Região Sudeste, três experiências da Região Sul e três experiências da Região Centro-oeste.

O título da pesquisa é: “**Educação Integral / Educação Integrada e(m) tempo Integral**: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada ampliada no Brasil: estudo qualitativo”. A pesquisa foi realizada nos anos de 2011 e 2012, basicamente pela mesma equipe de profissionais.

Para essa pesquisa eu recebi a descentralização de recursos do MEC e pude contar com duas colegas da Universidade recebendo bolsa de pesquisador. Mesmo assim, a minha equipe não cresceu tanto porque o tema da Educação Integral não é de interesse dos outros professores da minha universidade.

No ano de 2013 realizamos, novamente a convite da professora doutora Jaqueline Moll, a pesquisa denominada Programa Mais Educação: Impactos na Educação Integral Integrada. Compuseram a equipe de pesquisa professores das Universidades Federais das seis Regiões do Brasil.

A partir de 2008 o Ministério da Educação, através da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (posteriormente denominada Diretoria de Currículo e Educação Integral), da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, sob a coordenação da professora Doutora Jaqueline Moll, deu início ao Programa Mais Educação, que se constituiu em uma estratégia indutora de políticas públicas de educação em tempo integral no Brasil. Através desse Programa, ao qual

os municípios fizeram adesão, foram transferidos recursos para que eles implantassem experiências de Educação em tempo integral. Assim, essa pesquisa procurou, entre outros objetivos, localizar avanços, dificuldades e desafios encontrados pelo Programa Mais Educação como estratégia indutora de políticas públicas de educação em tempo integral, após cinco anos de sua implantação.

Para se constatar a importância do Programa Mais Educação no Brasil basta citar que antes de 2008 não havia experiências de educação em tempo integral realizadas com apoio de recursos do Governo Federal. A partir de 2008, o país passa a contar com 54 experiências. Em 2009, com 131. Em 2010 esse número passou para 398; Em 2011, cresceu para 1.378; em 2012, para 3.380, e em 2013 já havia 4.836 experiências.

Destaco, portanto, que aquela nossa pesquisa buscou avaliar o desenvolvimento dessas experiências. Para a realização da pesquisa na Região Sul a minha equipe voltou a se reduzir. Somente uma outra colega da UFPR e eu a desenvolvemos, mesmo contando com recursos descentralizados pelo MEC para as universidades federais.

Constatei, mais uma vez, que a questão do tempo dos alunos na escola não é do interesse da maioria dos professores desta universidade.

10 PÓS-DOCTORADO

Com os conhecimentos e amizades entabuladas em meio às reuniões e apresentações de resultados da pesquisa do Mais Educação, acabei recebendo um convite para fazer palestras no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e acabei me propondo a fazer lá o meu pós-doutorado. Estabeleci-me na cidade do Rio de Janeiro para estudar e acompanhar as atividades dos pesquisadores na sua instituição, participar das aulas de Graduação e de Pós-Graduação e também participar de bancas de defesa de alunos do Programa de Pós Graduação em Educação da UNIRIO.

Recebi licença da UFPR para realizar essa qualificação.

11 GESTÃO ACADÊMICA

Não sou amante do exercício das funções administrativas. No entanto, ao longo da vida profissional da Universidade, fui chamada a assumir a chefia do meu Departamento, na qualidade de decana. Isso ocorreu a partir de 2006 e a partir de então várias vezes essa contribuição ocorreu, não chegando, em cada período, a mais de 60 dias. Porém, em 2015 ocorreu um situação nova. Com a vacância do cargo de chefia, sem indicação oficial de outro, eu assumi a chefia do Departamento de Teoria e Prática de Ensino e lá permaneci pelo período de 11 meses e 10 dias. Foi um período desgastante porque o decano não tem um vice para auxiliá-lo, como ocorre numa chapa eleita. Além disso, o exercício da chefia autoriza uma redução dos encargos didáticos, mas não no caso do professor decano. Assumi sozinha o cargo de chefia e continuei com os encargos didáticos que já haviam sido designados, devido à característica “temporária” desse trabalho.

No entanto, tive muita satisfação em exercer a Vice Coordenação do Curso de Pedagogia, na modalidade de Educação à Distância (EaD), juntamente com minha colega Sonia Maria Chaves Haracemiv como coordenadora do curso, em dois períodos de dois anos: o primeiro de 10 de maio de 2004 a 09 de maio de 2006 e o segundo de março de 2009 a março de 2011.

No primeiro período em que assumimos a Coordenação e Vice Coordenação do Curso tinha Polos nas cidades de Apucarana, Maringá, Pato Branco e Planalмира, no estado de Goiás.

Essa experiência de Educação à Distância foi uma das primeiras a ser realizada no Brasil e serviu de referência para muitas outras que nos sucederam, como a da Universidade de Brasília e a da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

O Curso era resultado de um consórcio entre prefeituras e Colégios Adventistas e a Universidade Federal do Paraná. O número total de alunos atendidos foi fixado pelo Conselho Setorial do Setor de Educação em 250, sendo cada turma com 50 alunos e um tutor presencial para cada vinte cinco alunos. Os professores da Universidade se deslocavam para os polos para ministrarem as aulas e aplicarem as provas. A comunicação com os polos mais distantes ocorria por telefone ou pelo correio, e com os polos localizados no Estado do Paraná, via telefone e pelo malote dos ônibus. Não era época do uso de muita tecnologia, como a internet.

No ano de 2004 recebemos a Comissão de Avaliação do MEC, que além de visitar a sede na UFPR analisando o material produzido para os alunos, bem como a documentação, realizou entrevistas com professores, tutores e alunos. A Comissão

deslocou-se também para o Polo de Pato Branco, para entrevistar os tutores e os alunos. Por fim, no parecer de avaliação, teceram muitos elogios ao Curso.

Nesse mesmo ano realizamos a formatura das turmas em seus polos. A faina que antecedeu a festa de Colação de Grau demandou dias, noites e madrugadas para a impressão dos diplomas, à época numa impressora daquelas em que o tipógrafo juntava os tipos um a um e prendia em uma placa metálica para fazer a impressão. Nós, a coordenadora, outros dois professores do curso e eu, tínhamos que fazer a conferência de todos os dados dos alunos colocados na chapa, para evitar a perda de uma folha de pergaminho.

O Curso permaneceu fechado, sem abertura de turmas, de 2006 a 2008.

No segundo período em que assumimos a Coordenação e a Vice Coordenação do Curso de Pedagogia EaD participamos de um edital da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2009. Para tanto havíamos passado todo o ano anterior, coordenando um grupo de professores fazendo a atualizando o Projeto Político Pedagógico do Curso.

Enfrentamos muita reação contrária para a oferta desse Curso EaD e a Universidade sempre destacou que esses cursos eram semipresenciais e não totalmente à distância.

Porém um grupo significativo de professores de dois departamentos do Setor de Educação, acrescidos da maioria dos professores do terceiro departamento (com exceção de um único, que foi o primeiro coordenador do Curso de Pedagogia EaD da UFPR, professor Ricardo Antunes) se recusaram a assumir aulas nesse curso. A justificativa para essa atitude era uma posição ideológica em defesa da qualidade dos cursos presenciais, que acreditavam que não se manteria na modalidade de educação à distância. Lembro que na consulta realizada aos departamentos sobre a participação do Setor no edital da UAB, a votação resultou em um placar de maioria diminuta: 51% de votantes a favor da participação no edital.

Nesse projeto atendemos os polos de Colombo, Rio Negro, Nova Tebas, e Cerro Azul no Estado do Paraná e Embu das Artes, no Estado de São Paulo.

Além dessas atividades administrativas também tive muito crescimento ao participar como vice-representante do Setor de Educação no Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR. Pude nessa ocasião conhecer a Universidade como um todo, com suas questões normativas mais complexas.

12 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Ao longo da minha carreira como docente procurei me envolver com atividades de extensão, ofertando cursos à comunidade de professores das redes municipais de Curitiba e da região metropolitana de Curitiba sobre Educação Infantil, Alfabetização e sobre a Educação Integral. O trabalho com a oferta desses cursos mostrou o quanto a Universidade tem estado distanciada da educação básica e o quanto a metodologia do ensino utilizada na Universidade está longe de preparar professores capazes de modificarem a atuação dos professores das escolas públicas.

13 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Minha produção científica esteve sempre direcionada para a Alfabetização, que divulguei preferencialmente em livros, e na Educação Integral, sobre a qual publiquei artigos.

Dentre os artigos destaco a organização do dossiê para a Educar em Revista, organizado em companhia da professora Marília Torales Campos, sobre a Educação Integral.

Considero importante, também, o artigo publicado em conjunto com minha orientadora de pós-doutorado, professora Lígia Martha C. da Costa Coelho que apresenta duas experiências de educação em tempo integral: a de Porecatu (cujo projeto foi meu), a de Juiz de Fora, de Luciana P. Marques, publicada na Revista Ensaio da Fundação Sesgranrio.

Destaco também, entre as publicações em livro, o capítulo intitulado “A política de formação continuada de professores para a Educação Integral”, publicado no livro organizado pela professora Jaqueline Moll, intitulado “**Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**”, pela editora Penso de Porto Alegre.

A principal justificativa dessas escolhas que cito aqui é pela ampla divulgação que alcança um texto publicado em uma revista com qualis A1, bem como o livro publicado por uma grande editora nacional, que além de atingir uma grande grupo de leitores também atinge um público qualificado.

14 RECONHECIMENTO DO TRABALHO PRESTADO À CAUSA DA EDUCAÇÃO

No correr desses últimos anos tive a grata satisfação de receber dois documentos que muito me lisonjeiam, pelo reconhecimento do trabalho que venho me empenhando em prestar à Educação Brasileira.

O primeiro deles de parte da Diretoria de Currículo e Educação Integral, da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação (MEC), com um agradecimento profundamente afetivo da professora Dra. Jaqueline Moll, pelo trabalho realizado em conjunto com outros colegas professores pesquisadores de universidades brasileiras, pelo meu trabalho no âmbito da implementação do Programa Mais Educação e pela colaboração para a construção da política de educação integral no Brasil, em dezembro de 2013. (anexo 1A)

O segundo deles é da minha Universidade, que assim chamo porque aqui vivi 44, dos meus 71 anos. Trata-se do MÉRITO UFPR, conferido a mim pelo Conselho Universitário, na comemoração dos 102 anos da UFPR reconhecendo meu destaque na Categoria Docente, por indicação do Setor de Educação, em 19 de dezembro de 2014. (anexo 1 B)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre minha trajetória como professora universitária levou-me a relembrar fatos há muito adormecidos em minha mente e que nesse processo discursivo retornaram, uns muito vivos e outros mais esmaecidos, uns que pareciam ter grande importância e outros, nem tanto. A ordenação racional dessa história fica, eventualmente, prejudicada, um pouco pela emoção, outro tanto por pensar no impacto que cada escolha teve, e na importância de cada uma das pessoas com quem tive encontros. Redigir esse documento, procurando destacar as situações vividas ao longo dos quarenta e quatro anos de magistério e que julguei serem as mais significativas foi gratificante, por revisitar minha trajetória, mas em alguns momentos, um exercício doloroso, porque muitas das pessoas com quem convivi não estão mais entre nós.

Gostaria de destacar que considero que a minha caminhada profissional sempre se pautou pelo compromisso com a Educação de qualidade como um direito de todos e principalmente dos alunos da escola pública, da educação infantil ao ensino universitário. E ainda, que esse memorial realizado em tão longo espaço de vida, não representa o encerramento da minha carreira pois pretendo continuar a agitar a

bandeira da Alfabetização e da Escola de Tempo Integral, inspirada principalmente no modelo de profissional educador contestador e comprometido, como foram Anísio Teixeira e Paulo Freire.

Atingir o topo da hierarquia do quadro funcional da Universidade Federal do Paraná é uma glória e um prêmio para a dedicação que tive ao longo da profissão, do trabalho e da vida, mas não construí toda essa história com esse objetivo no horizonte, ou teria encerrado minha carreira na instituição já há muitos anos. Precisava me sentir merecedora de ser chamada de professora titular, e acredito que o reconhecimento que recebi dos meus alunos, de vários colegas e de muitas instituições me tornaram pronta. Eu não pretendo me aposentar no dia seguinte à defesa desse memorial, e já tenho como próximo projeto empreender meus esforços em prol da autonomia da Alfabetização como disciplina no currículo do Curso de Pedagogia, com professor concursado. Quero continuar educando e, Deus permita, contagiando minhas alunas com o amor à profissão que me trouxe até aqui.

Curitiba, 29 de junho de 2018

ANEXOS

1 A